



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DE REUNIÃO DE COMISSÃO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZESSETE (28-08-2017).

No dia vinte e oito de agosto, na Câmara Municipal de Mariana, às quatorze horas e vinte e quatro minutos, realizou a reunião conjunta das comissões permanentes. A vereadora leu a última ata da reunião de comissão, sendo aprovada por unanimidade. Esteve presente a engenheira Alzira Caldeira para explanar sobre o Projeto de Lei nº76/2017. A engenheira continuou a explicação da proposta do projeto que visa o parcelamento de solo rural do município. O vereador Ronaldo disse que a preocupação de alguns condôminos é se o projeto será benéfico, pois no contrato assinado com o empreendedor não constava essa proposta, por hora é de responsabilidade do empreendedor a urbanização da área. A engenheira disse que não existe transferência de responsabilidade, a qual é do empreendedor. O município não se obriga a assumir uma propriedade privada. A questão é que depois de vendidos os lotes quem arcaria com os serviços de manutenção. Assim, a proposta é criar um fundo de reserva de condomínio com um valor simbólico para cada condômino. O vereador Geraldo sugeriu a retirada do artigo 07. O vereador Juliano leu o artigo 02 e perguntou qual o prazo para ser colocado em prática, como fica a situação daqueles que compraram o lote em anos anteriores e não sabia que futuramente arcaria com todas as responsabilidades do empreendimento constadas no projeto. Já teve casos de loteamentos privados que não entregaram a infraestrutura pronta, tendo o município que assumir as responsabilidades. O vereador Juliano sugeriu uma reunião com os proprietários de lote para saber após a efetivação da lei, é interessante que a lei valha para quem vai comprar o lote e não para quem já comprou. O vereador Ronaldo disse que o projeto traz responsabilidades para o proprietário do parcelamento, pois terão que assumir as despesas de serviços básicos como, por exemplo, caminhão de lixo e saneamento básico. O vereador Juliano disse que a taxa do fundo de reserva será superior a cinquenta reais, um custo alto para o proprietário. A engenheira explicou que a criação do condomínio tem objetivo de trazer conforto para os condôminos, trazer uma consciência de sustentabilidade, mesmo tendo que contribuir com um valor para o fundo de reserva. E que a obrigação de entregar a infraestrutura pronta é do empreendedor enquanto o fundo é para manutenção. A engenharia disse que o prazo para colocar em prática os incisos do artigo 02 será determinado pelo prefeito após sanção da lei. O vereador Marcelo sugeriu convidar a equipe técnica do município, a engenheira, os condôminos para sanar as dúvidas de todos. **Apresentação do Projeto de Lei nº77/2017** (autoria do vereador Juliano Vasconcelos). O vereador Juliano justificou o projeto dizendo que foi feita uma consulta na comunidade, onde indicaram o nome de uma moradora que foi atuante na localidade. A comissão de Legislação, Finanças e Justiça emitiu parecer favorável. **Apresentação do Projeto de Lei nº78/2017** (autoria do vereador Ronaldo Bento). O vereador Ronaldo disse que o projeto não onera o município, visa transferir uma responsabilidade à comerciantes para zelarem das próprias lixeiras, tendo seus respectivos lugares, facilitando a coleta seletiva. O vereador Juliano sugeriu que o local para instalação da lixeira seja delimitado pelo município, pela Secretaria de Obras. O vereador Bruno sugeriu que o município estipulasse a forma que serão produzidas as lixeiras para uma padronização. As comissões emitiram parecer favorável ao projeto com as alterações sugeridas pelos vereadores e acatadas pelo autor do projeto. **Apresentação do Projeto de Lei nº79/2017** (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas). O vereador Antônio Marcos disse que na prática a ronda escolar já existe, falta apenas regulamentar de modo a manter o serviço. O vereador João Bosco questionou a ausência de guarda nas escolas dos distritos, já que ronda significa algo diário e perguntou como será a ronda no distrito já que o contingente da guarda é pequeno. O vereador Antônio Marcos disse que o contingente não é pequeno, o que falta é gestão do executivo. Hoje existem cento e dezoito guardas, sendo quarenta e cinco trabalhando nas ruas. Além disso, destacou a dificuldade que a guarda enfrenta para executar projetos por falta de recursos. O vereador Bruno disse que é preciso dar condições à corporação para poder trabalhar. O vereador Deyvson afirmou que a guarda municipal precisa dar segurança, orientar pedestres e motoristas, não pode ficar em escritório como nomeado do executivo. O município precisa avaliar isso. O vereador José Jarbas requereu a presença do secretário responsável pela pasta e o comandante da guarda municipal para que apresentem em plenário os dados, onde estão os guardas, a quantidade, qual serviço está sendo prestado. O projeto fica sobrestado na Casa até o esclarecimento da guarda e do secretário. Nada mais havendo, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e três minutos.